



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E A MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019 **(Da Sra. Deputada Tabata Amaral PDT/SP)**

Solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria das ações de fiscalização sobre desmatamento e focos de queimadas na Amazônia no ano de 2019.

Senhor (a) Presidente:

Com fundamento no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e nos termos do art. 24, inciso X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exa. que seja aprovado por esta Comissão o envio de Requerimento ao Presidente do Tribunal de Contas da União, versando sobre solicitação de auditoria que aborde em seu conteúdo as causas, as ações de fiscalização, de monitoramento e de contenção dos desmatamentos e das queimadas no ano de 2019. A auditoria também deverá trazer informações sobre os desdobramentos socioeconômicos relacionados à situação em questão.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo do ano de 2019, a sociedade brasileira assistiu com preocupação o aumento expressivo do desmatamento de áreas florestais e do número de focos de queimadas nos biomas brasileiros. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, desde o dia 1 de janeiro até o dia 20 de agosto do presente ano, foram contabilizados 74.155 focos de queimadas, alta de 84%, segundo dados do Programa Queimadas. A respeito do desmatamento, o mesmo órgão divulgou em agosto deste ano que o desmatamento da Amazônia aumentou 15% no acumulado em 12 meses.

Além disso, o Governo Federal relatou que enfrenta dificuldades: i) financeiras, para lidar com a situação e ii) na manutenção das relações de cooperação com os Estados das regiões afetadas. Para resolver estas questões, o Governo encontra como alternativas o uso dos recursos emergenciais e o trabalho das Forças Armadas nos locais afetados pelos desmatamentos e pelas queimadas.

Especialistas apontam que operações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que poderiam ter sido efetivas na prevenção do

desmatamento parecem ter sido iniciadas tardiamente. Ressalta-se ainda que o Grupo Especial de Fiscalização – equipe de elite do órgão responsável por interromper rapidamente crimes em curso – não havia sido acionado até o auge da crise do desmatamento, em fins de agosto¹. Leva-se também em consideração que as Operações que não dependem de atuação em campo, ou de rastreamento das cadeias produtivas – como a Controle Remoto, a Shoyu e a Carne Fria – não tiveram atuação reportada ao longo do ano. Este fato pode ter se refletido na queda significativa de autuações em 2019.

No contexto desse esforço conjunto, e diante da gravidade do quadro, a Comissão Externa solicita apoio do TCU para contribuir no tratamento da questão. De fato, o Sr. Presidente do TCU, José Múcio Monteiro, já enviou comunicação aos Senhores Ministros e à Senhora Procuradora-Geral para que realizem esforço de fiscalizar e acompanhar a questão. Tal comunicação foi realizada no dia 28 de Agosto de 2019 – conforme registrado em ata disponível no site da instituição.

Esta Comissão, portanto, visa somar esforços à fiscalização já programada, de modo a aumentar a eficiência da nobre iniciativa deste órgão de Controle e realizar, em parceria e em entendimento conjunto, ações neste âmbito. Também requer-se que, nos esforços de auditoria e fiscalização do órgão na matéria, sejam incluídos aspectos caros à esta Comissão, previstos em seu plano de trabalho, e que possam constar no relatório final da Comissão a ser apresentado em meados de 2020.

Sala das Comissões, em 07 de Novembro de 2019.

Deputada TABATA AMARAL
PDT/SP

¹ Cf. noticiado em <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,gestao-bolsonaro-nao-enviou-tropa-de-elite-do-ibama-a-amazonia-este-ano-apesar-de-alta-no-desmate,70002983647>. Acesso em 30/10/2019.